

# SUMÁRIO

## LIVRO I IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

### Parte 1 – Direito Material

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira*

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
1.1.	A importância do combate à corrupção .....	3
1.2.	Conceito de improbidade administrativa e o princípio da juridicidade.....	6
<b>2</b>	<b>FONTES NORMATIVAS</b> .....	11
2.1.	Antecedentes normativos .....	11
2.2.	Quadro normativo atual: fontes internacionais, constitucionais, legislativas e regulamentares .....	14
2.2.1.	Fontes internacionais .....	15
2.2.2.	Fontes constitucionais .....	15
2.2.3.	Fontes legislativas .....	16
2.2.4.	Fontes regulamentares.....	17
2.3.	Discussão quanto à constitucionalidade da Lei 8.429/1992 .....	17
2.4.	A competência legislativa e a natureza da Lei 8.429/1992: Lei nacional ou federal? .....	19
2.5.	Irretroatividade da Lei 8.429/1992 .....	21
<b>3</b>	<b>CONTROLE DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b> .....	25
3.1.	Controle preventivo .....	25
3.2.	Controle repressivo .....	26
<b>4</b>	<b>SUJEITOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b> .....	29
4.1.	Sujeito passivo .....	29

4.1.1.	Administração Pública direta e indireta .....	34
4.1.2.	Consórcios públicos de direito público e de direito privado.....	34
4.1.3.	Concessionários e permissionários de serviços públicos (concessões comuns e parcerias público-privadas): inaplicabilidade do art. 1.º da Lei de Improbidade Administrativa .....	37
4.1.4.	Terceiro Setor: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OS-CIPs) e outras entidades .....	39
4.1.5.	Sindicatos .....	41
4.1.6.	Partidos políticos .....	42
4.2.	Sujeito ativo.....	43
4.2.1.	Agentes públicos .....	43
4.2.1.1.	Agentes públicos de direito e agentes públicos de fato....	45
4.2.1.2.	Agentes políticos (membros dos Poderes Executivo e Legislativo): Lei de Improbidade Administrativa e crime de responsabilidade .....	46
4.2.1.3.	Lei de Improbidade Administrativa e a “Lei da Ficha Limpa” .....	56
4.2.1.4.	Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.....	58
4.2.1.5.	Militares .....	65
4.2.1.6.	Empregados e dirigentes de concessionárias de serviços públicos: inaplicabilidade do art. 2.º da Lei de Improbidade Administrativa.....	70
4.2.1.7.	Os advogados e o alcance da Lei de Improbidade Administrativa.....	72
4.2.1.8.	Árbitros não são agentes públicos para fins de improbidade.....	73
4.2.1.9.	Notários e registradores .....	74
4.2.2.	Terceiros .....	75
4.2.2.1.	As condutas do terceiro e o elemento subjetivo.....	76
4.2.2.2.	Aplicação das sanções ao “terceiro” pressupõe a prática de improbidade administrativa por agente público.....	77
4.2.2.3.	Adequação das sanções e a expressão “no que couber” ...	78
4.2.2.4.	Pessoas jurídicas.....	78
<b>5</b>	<b>ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>83</b>
5.1.	Característica comum dos atos de improbidade: tipificação aberta e rol exemplificativo .....	83
5.2.	Enriquecimento ilícito (art. 9.º da Lei 8.429/1992).....	85
5.2.1.	Enriquecimento ilícito x enriquecimento sem causa (art. 9.º da Lei 8.429/1992).....	87
5.2.2.	Elemento subjetivo: dolo.....	88
5.2.3.	Condutas comissivas ou omissivas .....	88
5.2.4.	Sanções para o enriquecimento ilícito (art. 12, I, da Lei 8.429/1992) ...	90

5.3.	Danos ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992).....	91
5.3.1.	Erário e patrimônio público.....	93
5.3.2.	Elemento subjetivo: dolo ou culpa.....	95
5.3.3.	Condutas comissivas ou omissivas.....	98
5.3.4.	Sanções para o dano ao erário (art. 12, II, da Lei 8.429/1992).....	98
5.4.	Concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A da Lei 8.429/1992).....	99
5.4.1.	Elemento subjetivo: dolo.....	102
5.4.2.	Condutas comissivas ou omissivas.....	103
5.4.3.	Sanções para a concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 12, IV, da Lei 8.429/1992).....	103
5.5.	Violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei 8.429/1992) ...	104
5.5.1.	Elemento subjetivo: dolo.....	106
5.5.2.	Condutas comissivas ou omissivas.....	108
5.5.3.	Sanções para a violação aos princípios da Administração Pública (art. 12, III, da Lei 8.429/1992).....	109
5.6.	Ordem urbanística (art. 52 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade).....	110
5.6.1.	Estatuto da Cidade e a Lei 8.429/1992.....	111
5.6.2.	Sujeito ativo: Prefeito e Governador do Distrito Federal.....	111
<b>6</b>	<b>PRESCRIÇÃO</b> .....	<b>113</b>
6.1.	Mandato, cargo em comissão e função de confiança (art. 23, I, da Lei 8.429/1992).....	115
6.2.	Servidores temporários (art. 37, IX, da CRFB).....	118
6.3.	Servidores estatutários e empregados públicos (art. 23, II, da Lei 8.429/1992)...	119
6.3.1.	Improbidade e conduta tipificada como crime.....	122
6.4.	Servidores vitalícios.....	126
6.5.	Prescrição e terceiros.....	127
6.6.	Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário: controvérsias e o entendimento do STF.....	129
6.7.	Prescrição originária, intercorrente e executória.....	134
 <b>Parte 2 – Direito Processual</b> <i>Daniel Amorim Assumpção Neves</i>  		
<b>7</b>	<b>MICROSSISTEMA COLETIVO</b> .....	<b>139</b>
7.1.	Conceito.....	139
7.2.	Microssistema coletivo e a ação de improbidade administrativa.....	143
<b>8</b>	<b>NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b> .....	<b>149</b>
8.1.	Ação de natureza civil.....	149
8.2.	Tutela jurisdicional coletiva.....	150

8.3.	Natureza do direito material tutelado na ação de improbidade administrativa .....	153
8.4.	A ação de improbidade administrativa é ação civil pública? .....	155
<b>9</b>	<b>LEGITIMIDADE</b> .....	159
9.1.	Espécies de legitimidade .....	159
9.2.	Legitimação ativa .....	161
9.2.1.	Introdução .....	161
9.2.2.	Pessoa jurídica interessada .....	162
9.2.3.	Ministério Público .....	165
9.2.4.	Litisconsórcio entre os legitimados .....	167
9.2.5.	Atuação superveniente do Ministério Público como autor .....	168
9.3.	Legitimidade passiva .....	169
9.3.1.	Legitimados passivos .....	169
9.3.2.	Litisconsórcio passivo .....	171
9.4.	Legitimação bifronte das pessoas jurídicas interessadas .....	175
9.5.	Sucessão processual no polo passivo .....	179
<b>10</b>	<b>COMPETÊNCIA</b> .....	181
10.1.	Introdução .....	181
10.2.	Competência da Justiça brasileira .....	182
10.3.	Competência originária dos tribunais superiores .....	183
10.4.	Competência de Justiça Especializada .....	186
10.5.	Competência da Justiça Comum .....	187
10.6.	Competência do foro .....	190
10.7.	Competência de juízo .....	193
<b>11</b>	<b>CONEXÃO E LITISPENDÊNCIA</b> .....	195
11.1.	Conceitos e efeitos .....	195
11.2.	Efeitos da conexão na tutela coletiva .....	197
11.2.1.	Reunião das demandas .....	197
11.3.	Prevenção do juízo .....	203
<b>12</b>	<b>PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO</b> .....	205
12.1.	Introdução .....	205
12.2.	Legitimidade .....	206
12.3.	Requisitos formais da representação .....	210
12.4.	Procedimento .....	211
12.5.	Processo administrativo e inquérito civil .....	213
<b>13</b>	<b>PROCEDIMENTO JUDICIAL</b> .....	215
13.1.	Introdução .....	215
13.2.	Petição inicial .....	216

13.2.1. Introdução.....	216
13.2.2. Endereçamento.....	217
13.2.3. Nome das partes e sua qualificação .....	217
13.2.4. Causa de pedir .....	218
13.2.5. Pedido.....	224
13.2.6. Valor da causa .....	226
13.2.7. Requerimento para produção de provas.....	227
13.2.8. Requerimento de não realização da audiência do art. 334 do CPC.....	227
13.2.9. Instrução da petição inicial .....	228
13.3. Recebimento da petição inicial e defesa prévia .....	231
13.3.1. Introdução.....	231
13.3.2. Justificativas para a existência de uma fase de defesa prévia .....	231
13.3.3. Cumprimento da exigência legal.....	234
13.3.4. Procedimento .....	235
13.4. Instrução probatória .....	241
13.5. Sentença .....	244
13.5.1. Introdução.....	244
13.5.2. Sentença terminativa em caso de abandono e desistência.....	245
13.5.3. Sentença homologatória de transação .....	246
13.5.4. Sentença de procedência e as “penas” previstas pelo art. 12 da Lei 8.429/1992 .....	247
13.5.4.1. Introdução.....	247
13.5.4.2. Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.....	247
13.5.4.3. Ressarcimento integral do dano .....	249
13.5.4.4. Perda da função pública.....	253
13.5.4.5. Suspensão dos direitos políticos.....	257
13.5.4.6. Multa civil.....	259
13.5.4.7. Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.....	261
13.5.4.8. Proporcionalidade e razoabilidade na aplicação das penas...	263
<b>14 COISA JULGADA .....</b>	<b>267</b>
14.1. Introdução.....	267
14.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	268
14.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	275
14.4. Limitação territorial da coisa julgada .....	276
<b>15 MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>283</b>
15.1. Introdução.....	283

15.2. Indisponibilidade de bens.....	285
15.2.1. Natureza jurídica.....	285
15.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade.....	287
15.2.3. Legitimidade ativa.....	288
15.2.4. Objeto da garantia.....	291
15.2.5. Limites impostos ao ato de constrição.....	293
15.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade.....	296
15.2.7. Concessão liminar da medida cautelar.....	297
15.2.8. Requisitos para a concessão.....	298
15.2.9. Prazo para a propositura da ação principal.....	301
15.3. Sequestro.....	303
15.3.1. Natureza jurídica.....	303
15.3.2. Atos de improbidade e sequestro.....	306
15.3.3. Legitimidade ativa.....	307
15.3.4. Objeto da garantia.....	308
15.3.5. Limites impostos ao ato de constrição.....	308
15.3.6. Forma do pedido de sequestro.....	309
15.3.7. Concessão liminar do sequestro.....	309
15.3.8. Requisitos para a concessão.....	310
15.4. Prazo para a propositura da ação principal.....	311
15.5. Afastamento provisório do cargo, emprego ou função.....	311
15.5.1. Natureza jurídica.....	311
15.5.2. Requisitos para a concessão.....	313
15.5.3. Tempo de duração.....	315
15.5.4. Sujeitos passivos da medida.....	316
15.5.5. Excepcionalidade do pedido.....	317

## LIVRO II

### SISTEMA BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E A LEI 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO)

#### Parte 1 – Direito material

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira*

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>321</b>
----------	----------------------------------	------------

#### Parte 2 – Direito Processual

*Daniel Amorim Assumpção Neves*

<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>335</b>
----------	----------------------------------	------------

	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>341</b>
--	--------------------------	------------